

Ata da 4ª Reunião CT-GN

Data: 10 de maio de 2017

Local: Ministério de Minas e Energia, Sala Plenária, 9º andar – Brasília-DF

Relato da reunião

A reunião teve início às 10h, com a abertura pela Diretora do Departamento de Gás Natural da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Symone Araújo, e uma rodada de apresentações dos presentes.

Em seguida, deu-se início às apresentações pelos coordenadores dos subcomitês.

A primeira apresentação foi feita pelo coordenador do subcomitê de escoamento, processamento e regaseificação de GNL (SC1), Giovani Machado, da EPE.

O subcomitê concentrou seus esforços nas alterações de dois dispositivos legais, o art. 45 da Lei nº 11.909/2009 e o art. 58 da Lei nº 9.478/1997. Mencionou-se que há consenso quanto ao acesso não discriminatório, à transparência e à publicidade de informações no escoamento, no processamento e nos terminais de GNL. Entretanto, quando se trata do tema de forma mais pormenorizada, há dissensos. Assim, esse subcomitê apresentou, ao CT-GN, na maioria das vezes, quatro propostas de alteração legal.

O coordenador do SC1 relatou também que as discussões tiveram como base o texto do Projeto de Lei que deu origem à Lei do Gás.

Em seguida, o Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Márcio Felix, agradeceu aos agentes pelo empenho nos trabalhos realizados no “Gás para Crescer” (GPC). Ressaltou a relevância e repercussão da iniciativa, que teve citações até em reuniões no exterior, e comentou que já há agentes do setor falando em novo mercado de gás natural, com maior competição. Enfatizou que haverá agora uma consolidação das propostas e uma avaliação de Governo, com seleção e priorização, para dar seguimento às proposições.

Sobre a ideia inicial de realização de uma consulta pública ao final do processo, ponderou que a iniciativa em si já é uma consulta pública, e que objetivo atual é encaminhar para apreciação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), no dia 8 de junho, o estado da arte da iniciativa, incluindo a estratégia para consolidação de um Projeto de Lei, que deverá envolver os outros órgãos de Governo.

O Secretário esclareceu que a proposta a ser encaminhada terá como base os estudos e as análises feitas no “Gás para Crescer” e, caso haja necessidade, o Governo poderá conversar individualmente com determinados agentes. Relatou também que a Casa Civil coordenará o posicionamento do Governo.

Por fim, o Secretário ponderou que as propostas alinhadas tenderão a um processo mais célere, que o Governo atacará pontos críticos que gerarão maior motricidade ao setor, e que assuntos conflituosos poderão vir a ser tratados ao final.

Os agentes, de modo geral, parabenizaram e agradeceram as oportunidades geradas pela iniciativa e se mantiveram à disposição para a continuidade dos trabalhos. Concordaram que não haveria a necessidade de uma consulta pública.

A segunda apresentação foi feita pela coordenadora do subcomitê de transporte e estocagem (SC2), Camila Schoti, da Abrace.

A coordenadora agradeceu a colaboração dos relatores e dos participantes desse subcomitê. Na apresentação, foram relatadas as propostas conceituais sobre os temas concernentes do SC2. Duas propostas de Projetos de Lei foram descritas no Relatório Final e, segundo a coordenadora, são passíveis de aperfeiçoamento.

Em relação ao conceito de Sistema de Transporte de Gás Natural, foi mencionado que houve consenso (i) que as malhas de transporte existentes e futuras deverão ser tratadas como sistema(s) de transporte (não excluindo a possibilidade de exceções); (ii) que a reserva de capacidade no sistema de transporte deverá adotar o modelo de entrada e saída; e (iii) quais são as atribuições necessárias à coordenação do sistema de transporte.

Referente à gestão independente e integrada do sistema de transporte, foram propostos dois modelos: o Gestor Independente do Sistema de Transporte (GIST) e a gestão do sistema de transporte pelos transportadores atuais, regidos por Código de Redes, condicionados a critérios de independência (“Virtual ISO”). Neste último, foram apresentadas como subpropostas algumas alternativas para a previsão da independência dos transportadores.

Houve consenso em relação aos mecanismos legais de *capacity release*. Já em relação a transparência das premissas adotadas na definição das tarifas de transporte existentes houve duas propostas. As propostas de estímulo à estocagem também tiveram consenso de maneira geral. A coordenadora destacou que o posicionamento da Abegás, mesmo com a saída da Associação do “Gás para Crescer”, foi mantido no Relatório.

A terceira apresentação foi realizada pelo relator do subcomitê de harmonização entre as regulações estaduais e federal (SC3), Lucien Belmonte, da Abividro.

O relator considerou esse subcomitê o mais difícil e com discussões mais antagônicas. Recordou que o SC3 está sem a figura da coordenação, desde a saída da Abegás do GPC, e sugeriu o nome de Ricardo Gorini, superintendente da EPE, para desempenhar tal função. Gorini aceitou o convite e é o novo coordenador do SC3.

Após essas considerações, o relator menciona que as controvérsias em relação a regulamentação do §2º do art. 25 da Constituição Federal de 1988 permearam as discussões dos demais temas debatidos no SC3. Foram eles: (i) definição de “serviço local de gás canalizado”; (ii) comercialização; e (iii) autoprodutor, autoimportador e comercializador livre. Desse modo, em todos os temas discutidos houve três posicionamentos. Entretanto, foi consenso no grupo de que há medidas que podem ser implementadas para assegurar o cumprimento de alguns dos princípios básicos na regulamentação dos serviços locais de gás canalizado.

Por fim, o relator mencionou que não há que se falar em Proposta de Emenda à Constituição (PEC); apenas que há agentes que defendem a definição de serviço de gás canalizado, por meio de Lei Federal com diretrizes gerais e com regras de transição.

A representante da ABAR, Carina Couto, mencionou que a Abegás e Abar representam muitas entidades. Moacyr Fonseca, também representando a ABAR, reforçou que as competências estaduais devem ser respeitadas, que a ABAR está trabalhando na harmonização e que a Abegás teria muito a contribuir com o processo. Nesse aspecto, o SPG Márcio Felix comentou que a Abegás saiu dos subcomitês, mas o Ministério mantém diálogo com a Associação.

O representante do FME, Dirceu Abrahão, comentou que o GpC é um espaço para mergulhar nas questões relevantes, que é necessário evitar discussões acaloradas e interpretações e buscar aproximações de consenso. Afirmou ainda que está buscando trazer a Abegás para as discussões, ressaltando que é necessário um esforço conjunto para modificar o mercado.

Por erro de edição da apresentação, no tema comercialização, a posição da ABAR não foi mencionada, assim, no momento da apresentação, Carina Couto explicitou a posição dessa associação. E, por fim, o representante da ABIAPE, Marcelo Loureiro, mencionou concordância com o relatório do SC3.

A quarta apresentação foi feita pelo coordenador do subcomitê de comercialização (SC4), Alexandre Lopes, da Abraceel. As discussões no âmbito desse subcomitê foram divididas em arquitetura do mercado e competitividade, com proposições para cada tema.

A arquitetura do mercado considerou a proposição de definição de Mercado Nacional de Gás, do Mercado de Curto Prazo e da instituição de uma entidade independente para gerir as atividades do mercado.

No caso da competitividade, foram apresentadas propostas de desverticalização total e funcional das distribuidoras estaduais, incluindo fase transitória com publicidade dos contratos firmados entre partes relacionadas e certificação de independência funcional das empresas. Ainda para a mitigação de práticas anticompetitivas, foi proposto permitir a ANP promover, direta ou indiretamente, mecanismos como o programa de liberação de gás e leilões para suprimento.

Ao final da apresentação, houve debate entre os participantes do CT-GN sobre pontos comuns entre o SC4 e SC3 referentes à comercialização, especialmente quanto à exigência de registro estadual de comercializador, necessidade de contrato prévio de suprimento de gás natural para contratar conexão com a malha de distribuição e vedação à venda de excedente de gás natural.

Por fim, o relator do SC3 fez a solicitação de dez dias adicionais para discussão conjunta entre o SC3, SC4, ABAR e FME sobre estes pontos, com a concordância do coordenador do SC3.

A quinta apresentação foi feita pela coordenadora do subcomitê de aperfeiçoamento da estrutura tributária do setor de gás natural (SC5), Márcia Loureiro, do IBP. As diversas questões tributárias discutidas no SC5 foram divididas em três grupos: barreiras tributárias à entrada de novos agentes; temas sujeitos a melhorias nos procedimentos fiscais para redução da insegurança jurídica; e temas com encaminhamento preliminar, sujeitos a aprofundamento na segunda fase.

O representante do FME, Dirceu Abrahão, destacou a posição do Estado de São Paulo sobre a importância de se resolver a questão da tributação do ICMS na importação do gás natural, comprometendo-se a trazer uma posição consolidada dos Estados na reunião do CNPE, em 8 de junho.

A Diretora Symone ressaltou a necessidade de aprofundamento das análises para delimitar os entraves a serem corrigidos e eventualmente ter a possibilidade de surgir novas soluções. Também pontuou que as questões tratadas neste subcomitê demandam decisões que serão tomadas em várias esferas.

Questionada sobre o cronograma da próxima fase, a coordenadora do SC5 comentou que levará à discussão do subcomitê, considerando a não realização de consulta pública, para a atualização do cronograma.

Em caráter geral, o Coordenador-Geral Aldo comentou que será feita, a partir de agora, uma avaliação e organização das propostas e definição de uma estratégia de Governo para as ações subsequentes, a ser apresentada ao CNPE, em 8 de junho. Perguntou ainda quais subcomitês continuariam com suas atividades após esta entrega de relatórios. Os subcomitês SC5 e SC8 devem continuar com suas atividades, para os quais foi solicitado proposta de cronograma atualizada, a ser apresentada à coordenação do CT-GN em até duas semanas.

Aos demais subcomitês, foi solicitado permanecer de sobreaviso, de modo que, se houver necessidade de discussões sobre temas específicos, a coordenação do CT-GN possa convocá-los para novas atividades.

A sexta apresentação foi iniciada pelo coordenador do subcomitê gás natural matéria prima (SC6), Bruno Duarte, do MDIC, com um breve relato das reuniões, com as características da indústria química e uma referência ao estabelecido pelo art. 58 da Lei do Gás.

O coordenador continuou a apresentação esclarecendo a proposta para o estímulo ao uso do gás natural como matéria-prima. Tal proposta é dividida em três fases, emergencial, estímulo e estabilização. De modo geral, os participantes do subcomitê se dividiram em consenso, dissenso e neutro em relação a essas fases. Ressaltou que não houve consenso em relação à proposta, mas também não houve a apresentação de qualquer outra alternativa. Citou também algumas propostas de aprimoramento do arcabouço normativo.

O coordenador expressou a necessidade de que essa discussão seja realizada de forma mais ampla com os órgãos de Governo.

A sétima apresentação foi realizada pela coordenadora do subcomitê aproveitamento do gás da União (SC7), Juliana Rodrigues, da Abrace, que iniciou sua fala mencionando a resolução CNPE nº 12/2016.

A respeito da política de transição, estabelecida por essa Resolução, o subcomitê discutiu a flexibilidade do ponto de partilha, havendo dissenso a respeito desse tema. Entretanto, houve consenso que a oferta pode ser realizada de forma pública ao mercado – leilões públicos e que a comercialização do gás da União deve buscar a mudança do *status quo* e o aumento da competitividade.

De modo geral, no que diz respeito à política de longo prazo, houve consenso entre os participantes do SC7. Também foi apontado pela coordenadora os desafios a serem enfrentados com a interação com os demais subcomitês.

A oitava e penúltima apresentação, realizada por Marcelo Alfradique, da EPE, tratou do supridor de última instância.

Marcelo relatou as várias reuniões com especialistas e as experiências internacionais. Ponderou acerca das aplicações no caso brasileiro e as possíveis exigências legais, regulatórias e tributárias, caso esse supridor fosse implementado.

A conclusão do grupo é de que talvez o supridor de última instância não seja necessário, no momento. Isso porque (i) o balanceamento será definido entre os integrantes do sistema; (ii) a gestão de contingências e emergências será definida pelo Governo; (iii) o mercado de curto prazo será estabelecido na comercialização, e (iv) os clientes que seriam elegíveis devem continuar no mercado regulado.

A nona e última apresentação foi realizada pelo coordenador do subcomitê integração entre os setores de gás natural e energia elétrica (SC8), Gilberto Hollauer, do MME

O coordenador iniciou sua apresentação com as pautas prioritárias e assinalou outros temas que dependiam de definições de outros subcomitês.

Dois itens no subcomitê foram mais aprofundados: a adequação da penalidade por falta de combustível e horizonte rolante. O *Gas-to-Wire* foi inserido nos temas a serem discutidos por questão de mérito.

Acerca da adequação da penalidade por falta de combustível, inicialmente, foi feita a interpretação dos dispositivos legais e, posteriormente, proposição de alteração das competências do CNPE diretamente na Lei nº 9.478/1997 e elaboração de minuta de resolução do CNPE. A Abrace registrou dissenso em relação à abrangência de usinas termelétricas a carvão, por considerar que seriam objeto estranho à discussão do GpC.

Acerca do horizonte rolante, o SC8 convergiu majoritariamente no sentido de que se manteriam prazos de GSA atrelados aos prazos de PPA, revendo-se, entretanto, a questão da comprovação de reservas. Para isso, seria necessária a alteração do *caput* do art. 61 do Decreto nº 5.163/2004 e a inserção de um segundo parágrafo nesse mesmo artigo. Não houve dissenso sobre esse item.

Foi sugerida, pelo CT-GN, uma reunião entre o SC2 e o SC8 e a avaliação das considerações do ONS.

Por fim, o coordenador ponderou que, dos itens a serem detalhados, dois serão endereçados à ANEEL e os outros quatro já estão com encaminhamentos. Dentre esses últimos, o despacho de GNL é o tema mais complexo. E sobre o mecanismo de fomento à divisão na compra de carga foi relatado que isso seria um arranjo de mercado.

Encaminhamentos

O Ministério de Minas e Energia apresentará ao CNPE, na reunião de 8 de junho, o andamento das atividades do CT-GN.

Aos subcomitês que continuarão seus trabalhos, encaminhar, à coordenação do CT-GN, nas próximas duas semanas, atualização da agenda de atividades.

SC3, SC4, Abar e FME utilizarão dez dias adicionais para discussão conjunta sobre comercialização e distribuição e apresentarão propostas.

Os demais subcomitês permanecerão à disposição para eventuais discussões de pontos específicos, sob demanda do CT-GN.